

REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO SOCIAL EM PROJETOS DE URBANIZAÇÃO

Viviane Florindo Borges¹

Introdução

O tema do trabalho social no campo das políticas urbanas tem se apresentado como um imperioso debate ao Serviço Social, visto que atualmente este espaço laboral encontra-se em relevo em função do dinamismo do setor de habitação, mobilidade e saneamento, principalmente a partir de programas públicos de abrangência nacional, com o lançamento dos Programas: Aceleração do Crescimento e Minha Casa, Minha Vida.

Essas políticas urbanas emergem no momento recente no contexto de crise e busca de novas formas de acumulação do capital, onde as cidades possuem um papel importante na lógica da produção e reprodução das relações sociais capitalistas (HARVEY, 2005). Nesse contexto, as cidades transformam-se em mercadorias, inseridas no processo de competição interurbana, sendo que cada

¹ Assistente Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (2005). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2011). Atualmente é assistente social na Prefeitura Municipal de São Leopoldo e docente do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Metodista..

uma delas deve ser eficiente e atrativa aos investimentos capitalistas, bem como capaz de ser vendida no mercado mundial de cidades. Para tanto, é posta a necessidade de uma nova forma de gestão urbana, denominada por Harvey (2005) de empresariamento urbano, através da parceria público/privada, administrada de forma eficientemente, de acordo com a lógica empresarial. Realizada a partir dos esforços de agências multilaterais em propagar modelos que sirvam ao planejamento urbano e a gestão de cidades baseados numa racionalidade técnica. Ou seja, cada vez mais há exigências de que as cidades sejam gerenciadas priorizando a dimensão técnica que se sobrepõe à dimensão política.

Para Vainer (2000), ao banir a política da cidade impossibilita-se a efetivação da cidadania. Com essas orientações, as políticas urbanas são implementadas com o discurso de melhoria da qualidade de vida dos segmentos envolvidos. Contraditoriamente, ao buscarem inserir a cidade na competição interurbana, essas intervenções atendem muito mais aos interesses dominantes, posto que favoreçam o *marketing* urbano, viabilizando a especulação imobiliária e a atração de capitais para as cidades. Partimos do princípio de que a política urbana, como a política social no capitalismo, traz em seu bojo a contradição que, de um lado, assegura direitos sociais, mas, de outro, reproduz o sistema de produção. Consideramos que esta contradição está no cerne de nossas reflexões, visto que isto se reproduz nas orientações e diretrizes do trabalho social, nas políticas urbanas que estão cada vez mais configuradas nos moldes neoliberais, tendo como suporte, os organismos de financiamento internacionais. Estes vinculam seus financiamentos às exigências que respondem prioritariamente os interesses do capital, inclusive no que se refere ao trabalho social.

1. As políticas urbanas na produção da cidade

Os avanços garantidos na Constituição Federal de 1988, no que diz respeito ao direito à cidade, são atropelados pela ofensiva

neoliberal, a partir dos anos de 1990, em que se verifica o encolhimento da intervenção estatal nas políticas sociais, configurando uma nova forma de intervenção na política de habitação popular através de programas focalizados, caracterizados por políticas pontuais de financiamento a produção individual e privada de moradias. A herança de concentração da estrutura fundiária urbana, somada a anos de ausência de uma política habitacional voltada à produção de habitação popular, e o crescimento da população em assentamentos precários, que vivenciam cotidianamente a precariedade da intervenção estatal contribuem com o agravamento da questão urbana que não se resolve com políticas pontuais, seletivas e focalizadas.

Contudo, emerge desta expressão de desigualdade social outra intervenção, que consistiu na implementação de programas e projetos de urbanização de assentamentos precários/favelas. Essas ações seguiram orientações de organismos internacionais, elaboradas nas diversas conferências relacionadas aos temas globais emergentes, realizadas a partir dos anos 1990. Nesse sentido, destaca-se de modo especial a Conferência de Istambul, Habitat II, realizada em 1996, que formulou a *Agenda Habitat*, estabelecendo um conjunto de orientações referente à política habitacional. A intervenção em urbanização de favelas é, para Gomes (2005, p. 154), “parte dos esforços a ser empreendido para tornar a cidade mais atraente, através da aplicação das normas urbanísticas para a construção de um espaço urbano mais homogêneo”. Para Abramo (2002), com esse padrão de intervenção instaura-se um novo regime de estruturação urbana, baseado na concorrência urbana como estratégia de homogeneizar o espaço da cidade para atrair mais investimentos externos, expulsando dos limites urbanos a população mais carente ou eliminando os territórios da informalidade.

Nesta perspectiva, a cidade é cada vez mais objeto de intervenção por parte do Estado e passa a integrar os circuitos de valorização do capital, tanto pela mercantilização da terra, como pelo parcelamento ou, como acontece atualmente, por sua inclusão nos circuitos de circulação do capital financeiro. Daughters (1998

apud SANTANA, 2011) salienta o crescente processo de urbanização na América Latina e o Caribe, onde as cidades passam a ter uma importância central tendo em vista que as relações de comércio efetivadas mundialmente facilitam a fluidez da economia entre as cidades. Conforme Iamamoto (2011), o novo ciclo de expansão do capitalismo transnacional redesenha o mapa do mundo. Visto que neste novo estágio do capitalismo há uma redefinição em relação a soberanias nacionais imposta pela presença de corporações transnacionais e organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, organizações que para Iamamoto (2011, p. 110) forma “a ‘santíssima trindade do capital em geral’ – principais porta-vozes das classes dominantes em escala mundial”.

A cidade do capital evidencia e reforça as desigualdades existentes. Uma vez que as novas formas de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo que estes novos tempos reafirmam, mostram, que “a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade. Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social” (IAMAMOTO, 2001, p. 18). Enquanto uma das formas de enfrentamento à questão social, temos as políticas sociais que compreendemos, com aporte de Behring e Boschetti (2011), que no capitalismo devem ser vistas de forma contraditória, pois servem enquanto estratégias de enfrentamento aos ajustes que provocam exclusão social, ao mesmo tempo em que contribuem para a reprodução social dos segmentos mais pobres da população.

Na década de 1990, como mencionado anteriormente, têm início outro ciclo da política urbana com programas de urbanização de favelas, com a intervenção dos municípios que passam a institucionalizar os programas de urbanização e regularização de favelas como parte integrante da política urbana. Assim, difundem-se outras formas de intervenção junto a comunidades em condição de precariedade, por meio de projetos integrados que passam a ter como objetivo central o enfrentamento da pobreza urbana. Nesse contexto verificam-se imposições e condicionantes de organismos

internacionais multilaterais, que passaram a financiar diretamente, sem a mediação dos governos centrais, os programas e projetos focalizados de combate à pobreza e exclusão territorial. Assim, o “*slum upgrading*” passou a compor o portfólio de programas sociais do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se tornou parte da estratégia de minimizar os efeitos dos programas de ajuste recessivo proposto aos países em desenvolvimento, ao tempo que também consiste em desenvolver as vocações das cidades para a inserção no circuito de competição entre os territórios.

2. A trajetória do trabalho social em projetos habitacionais: avanços e desafios do Serviço Social

Como marco inicial de realização do trabalho social em projetos habitacionais, identifica-se o Banco Nacional de Habitação (1964) e a Política Nacional de Habitação e Saneamento (1968), que afirmou o trabalho social como componente desta política. Inicialmente, o trabalho social era desenvolvido nas Companhias de Habitação (COHABs) com caráter mais burocrático. Anterior à criação do BNH, o Serviço Social já tinha sido solicitado a intervir em projetos sociais no âmbito da cidade, em termos de desenvolvimento de comunidade, no âmbito da divisão social e técnica do trabalho.

Até os anos 1960, o Serviço Social tradicional desenvolvia uma ação direcionada na perspectiva de controle e disciplinamento dos segmentos pauperizados. Essa forma de intervenção passa a ser questionada no interior da profissão, culminando no Movimento de Reconceituação na América Latina que tinha como questão central “funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento”. Assim, assistentes sociais questionavam qual o seu papel profissional face às manifestações da questão social. Nesse contexto, coloca-se em questão a adequação dos procedimentos profissionais diante das realidades regionais e nacionais “questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais

e sobre a eficiência e legitimidade de suas representações" (NETTO, 2001, p. 146).

O trabalho social desenvolvido no âmbito do BNH (1964 a 1986) visava tarefas de caráter técnico-burocráticas, atuando, principalmente na seleção da demanda, acompanhamento dos pagamentos dos mutuários e constituição de organizações de moradores para que administrassem os espaços coletivos dos conjuntos habitacionais. Em 1972, o BNH por meio do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), definiu diretrizes e uma proposta metodológica do trabalho social em habitação, passando, a partir de então, a ser exigência nos programas financiados e executados por esse órgão. Essas diretrizes propunham a execução do trabalho em equipes constituídas com forte presença da interdisciplinaridade. Em relação à proposta metodológica pautou um trabalho social com caráter menos burocrático, orientado para a promoção do mutuário como cidadão com consciência de seus direitos e deveres e a importância de sua participação. Interessa salientar que essas orientações ocorreram dentro de um quadro político repressivo. As mudanças na orientação do trabalho social introduzem a discussão de direitos e deveres dos moradores das unidades habitacionais do BNH contrariamente à perspectiva posta pela conjuntura política ditatorial.

Para Gomes (2005, 2007) este período marca o segundo momento, da atuação do Serviço Social na política urbana, sendo caracterizado pelo esgotamento do modelo de substituição de importações no Brasil, com o agravamento da questão social. Na década de 1960, tanto no Brasil quanto em toda América Latina, por meio do movimento de renovação do Serviço Social, a prática profissional passa a se articular aos movimentos sociais, visando o fortalecimento dos projetos e lutas das classes populares na sociedade, tendo como referência a transformação social e os direitos de cidadania. Assim, dentro do movimento de reconceituação os profissionais passam a se aproximar das lutas dos movimentos dos trabalhadores, culminando no rompimento, no interior do Serviço Social, com o conservadorismo e instaurando

uma nova perspectiva política para a profissão. Este período revela a busca dos profissionais do Serviço Social por referências teórico-metodológicas que sustentasse a nova proposta de profissão e formação que aparece no Código de Ética de 1986 e no Currículo de 1982.

A expressão deste movimento no trabalho social em projetos habitacionais é bem exposta por Paz (2002) quando refere que houve duas grandes matrizes teóricas que orientaram o trabalho social desenvolvido nos anos de 1970 e 1980. Inicialmente a matriz conceitual de desenvolvimento de comunidade, pautada no Serviço Social tradicional, de base conservadora, que para a autora esta presente até os dias atuais, quando as intervenções idealizam os diferentes grupos sociais, evitam ou ignoram os conflitos sociais, buscando construir consensos, colaboração entre o Estado e a população, e concebe a participação como instrumental e consultiva. Com o movimento de reconceitualização, influenciado pelos acontecimentos da década de 1980, emerge no Serviço Social a matriz conceitual dos movimentos sociais, intervindo a partir do conceito de sociedade civil, de campos de lutas, conflitos, ação coletiva, protagonismo, e que recebeu influência da metodologia de educação popular. Essa matriz buscou politizar o trabalho social, desenvolver a organização e a participação dos movimentos sociais e construir propostas emancipatórias. Na década de 1980, no campo das políticas urbanas, temos momentos importantes, mesmo com a extinção do BNH (1986), como a intensificação dos movimentos sociais organizados que realizam ocupações de terrenos vazios, principalmente de áreas públicas.

Constata-se ainda a articulação de diversas comunidades, entidades que aglutinavam associações e movimentos em torno da luta pelo direito à terra e à moradia, com vistas ao processo constituinte de 1988. Esses movimentos conseguiram assegurar, com a Constituição Federal de 1988, a reforma do Estado, por meio da descentralização, estabelecendo a redefinição de competências entre os entes federados, atribuindo aos Estados e Municípios grande parte das políticas sociais, dentre elas a habitação. Nesta diversidade de iniciativas que ocorreram após o

processo constituinte, também, projetos apoiados por organismos internacionais de fomento, como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Destacam-se nesse processo as cidades do Rio de Janeiro e Santo André, pioneiras nos projetos integrados de urbanização de favelas.

Na emergência dos movimentos ocorridos na década de 1980, o Serviço Social envolto nestes processos prepara-se para um importante avanço que ocorre nos anos de 1990. Nesta década foram aprovados o Código de Ética Profissional do Assistente Social e a Lei que Regulamenta a Profissão, ambos em 1993. E em 1996 as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil. Cabe lembrar que esse avanço foi a materialização do compromisso ético-político da profissão com a classe trabalhadora iniciado em 1970. A década de 1990 marca o Serviço Social pelo rompimento com o conservadorismo, claramente com uma visão de homem enquanto ser social que constrói sua história, tendo a liberdade como eixo central de orientação deste projeto, entendida não apenas como valor, mas como capacidade ontológica do ser social (BARROCO, 2003).

Ao mesmo tempo, coincidem com a reestruturação produtiva do capitalismo e instala-se o neoliberalismo como forma de intervenção estatal, com maior responsabilização política dos municípios. As políticas públicas sofrem a diminuição de recursos, principalmente as políticas sociais. Instala-se a “contrarreforma” do Estado (BEHRING, 2003) sob orientação do *Consenso de Washington*.

Na política habitacional, a Caixa Econômica Federal sucede o BNH, entre os anos de 1987 até 1998, atende como executora dos programas habitacionais com recursos do Governo Federal. Tampouco, neste período, é estabelecida alguma diretriz ou metodologia para o desenvolvimento de trabalho social em nível federal. Somente em 1994, por meio do Programa Habitar Brasil, o trabalho social é admitido pelo Governo Federal, como contrapartida física e/ou financeira de estados e municípios, porém sem nenhuma diretriz nem proposta metodológica específica para a intervenção na área. Em 1999, é instituído o Programa Habitar

Brasil-BID, que passa a exigir o desenvolvimento do trabalho social (destinando percentual de até 0,5% do valor da obra) junto às populações beneficiárias dos programas e projetos e ao planejamento e execução das intervenções físicas.

Com o Programa Habitar Brasil BID (1999), sob influência do Banco Mundial, foi definido como exigência desse organismo que todos os programas e projetos habitacionais, com recursos públicos do Orçamento Geral da União provenientes de financiamento internacional, deveriam contar com o desenvolvimento de trabalho social junto às populações beneficiárias. Essa diretriz para os projetos foi fundamentada no conceito de sustentabilidade promovido pela pauta do BID e que impõe aos seus parceiros uma “gestão racional e eficiente dos recursos sociais, econômicos e naturais, visando ao incremento da riqueza com equilíbrio fiscal” (GOMES, 2005, p. 158)².

A exigência do Banco Mundial apresentou um, no período, um caráter inovador, visto que ocorre a expansão do trabalho social em projetos habitacionais. Esse caráter inovador, segundo Paz e Taboada (2010), verifica-se nos eixos do trabalho proposto, estruturados a partir de projetos integrados por ações físicas e sociais, que incluíam o controle da questão ambiental e a regularização fundiária; conteúdo mínimo exigido para o trabalho social voltado para a mobilização e organização da comunidade, educação sanitária e ambiental, geração de trabalho e renda.

O Programa Habitar Brasil BID serviu de subsídio para a proposta de trabalho social difundida em março de 2004, já na vigência do Ministério das Cidades, pelo Caderno de Orientações Técnico Social (COTS) para programas do poder público e a instrução normativa nº 08, de 2009, ambos os instrumentos compõem um manual técnico operacional que determina como fazer o trabalho social em habitação. Estes instrumentos requerem uma intervenção voltada para a garantia de direitos e fortalecimento da cidadania, tendo como diretrizes a participação enquanto

² Segundo Gomes (2005) para o Banco Mundial em sua agenda para os anos de 1990, a “sustentabilidade”, ou melhor, as propostas urbanísticas de “qualificação” das cidades ocorrem pela necessidade de maior rentabilidade do capital, que neste momento estende suas ações sobre a produção no espaço urbano.

processo pedagógico de construção da cidadania; a organização e mobilização para o fortalecimento da autonomia; acesso e transparência nas informações, além do estabelecimento de parcerias para o atendimento das necessidades dos beneficiários. Dentre as requisições previstas, o trabalho social sofre exigências no projeto, de uma clara preocupação com a participação comunitária dos moradores dos locais onde serão realizadas as intervenções urbanísticas. Cabe aos profissionais da área social, sendo um deles o assistente social, garantir que esses moradores participem das atividades de elaboração e execução da proposta do projeto (SANTANA, 2011).

O tema da participação social dos beneficiários de projetos habitacionais tem sido cuidadosamente orientado pelo Governo federal e mediado pelos interesses de organizações multilaterais. Uma das agências multilaterais que vem financiando projetos em políticas sociais para a América Latina e Caribe é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O BID tem contribuído com a orientação de um modelo de gestão de cidades competitivas e atraentes aos investimentos capitalistas. Dentro da construção desse modelo de gestão de cidades, o tema da participação social tem recebido atenção especial. O BID, em documento publicado em 2004, intitulado *“Estrategia para promover la participación ciudadana em las actividades del banco”*, expõe sua compreensão sobre a participação, afirmando: “Se entiende por participación el conjunto de procesos mediante los cuales los ciudadanos, a través de los gobiernos o directamente, ejercen influencia en el proceso de toma de decisión sobre dichas actividades y objetivos” (BID, 2004, p. 02).

Este documento ainda afirma que a participação “contribuye a la renovación permanente de la legitimidad de las instituciones de la democracia, siendo por tanto complementaria con los procesos de fortalecimiento de las mismas” (BID, 2004, p. 03). Ao tempo que, também expõe que a participação auxilia na solução de problemas, reduzindo gastos do governo com as políticas, além de aumentar a eficiência, eficácia e sustentabilidade dos projetos.

A inserção do tema da participação social, na agenda do trabalho social de projetos habitacionais vem acompanhada por uma tentativa de controle pelo Estado, respondendo as exigências das agências multilaterais (como o Banco Interamericano de Desenvolvimento). Ao tempo que se reflete diretamente no trabalho do assistente social, na medida em que o exercício profissional é controlado, pois precisa responder as regras previstas nos manuais de operacionalização (como: Caderno de Orientações para Trabalho Social, Instrução normativas todos monitorados pela Caixa Econômica Federal) e conectadas as exigências das agências multilaterais. Como expõe Paz (2002), na década de 1990, o trabalho social passa a incorporar na prática noções de sujeitos coletivos; participação como elemento chave em todos os processos de implementação dos projetos urbano e habitacional, bem como incorpora a importância do fortalecimento das organizações autônomas da sociedade civil. Uma nova matriz conceitual emerge nesse período - a da construção da cidadania, fundamentada nos direitos sociais, na participação, na formação e organização dos sujeitos coletivos e da sua autonomia. Essa autora destaca que, mesmo com a inserção de novos conceitos, não necessariamente, há uma ruptura com a visão mais conservadora de comunidade.

Considerações Finais.

A década de 1990 marcou o país por experiências democráticas importantes, onde a participação social foi tomada como centro tanto pelos movimentos sociais, seja por governos, eleitos, principalmente, em 1989, fortalecendo o princípio da gestão democrática. Temos o exemplo de Porto Alegre com a adoção do Orçamento Participativo no município. Nesta agenda da gestão democrática das cidades está a participação social referindo-se aos mecanismos de democracia direta como forma de fortalecer os mecanismos de democracia representativa face aos ideais de cidadania e justiça social. Ou, seja, há uma articulação entre

cidadania e democracia. E como define Coutinho (2000) democracia refere-se a “presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social” (Coutinho, 2000, p.50). Neste sentido, afirma-se a ligação entre a noção de participação ao exercício da cidadania. Buscou-se novamente em Coutinho a compreensão sobre cidadania, sendo:

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (...). A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração (COUTINHO, 2000, p. 51).

Essa concepção de cidadania relaciona-se com o conceito de participação de Demo que afirma: “participação é conquista, para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo” (Demo 1999, p. 18). Tendo em vista o entendimento exposto anteriormente sobre participação pelo BID, que tem orientado as normativas relacionadas ao trabalho social em projetos urbanos e habitacionais, concordamos com Santana (2000) ao afirmar que este organismo multilateral tem uma perspectiva da participação com caráter consultivo, não sendo, deliberativa. Nesse sentido, as orientações referentes à participação das comunidades nos projetos habitacionais, muitas vezes, acontece numa perspectiva de legitimar os projetos financiados por organismos internacionais.

Santana (2011) afirma que se pode apreender a perspectiva da participação, com orientações dessas agências, contribuindo para formar a opinião dos beneficiários no sentido de aceitar as políticas mínimas. A autora também afirma que o incentivo à participação

conecta-se à defesa da reforma e modernização do Estado, a qual é constitutiva do ideário neoliberal, que dissemina a proposta de diminuição dos gastos públicos às frações de classe trabalhadora.

Um exemplo do que a autora refere podemos verificar nas orientações incorporadas pelo Estado, para programas habitacionais, na Instrução Normativa nº 08 de março de 2009. Essas orientações são semelhantes às dadas pelo Programa Habitar Brasil orientado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ou seja, nada da experiência acumulada ao longo da trajetória da política de habitação do Brasil, nem da nova institucionalidade da política urbana e habitacional, após, principalmente, o Estatuto da Cidade (2001), aparentemente foi incorporado aos novos instrumentos. Parece uma revisita aos parâmetros desenvolvimentistas dos organismos internacionais, impostos e aplicados de forma análoga a toda e qualquer realidade sócio histórica concreta.

O objetivo geral posto nesta normativa refere-se a “Viabilizar o exercício da participação cidadã e promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho educativo, que favoreça a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária (...)”³ (CEF, 2009). As normativas (COTS e IN nº 8) expõe a dimensão política do trabalho social, registrando o formato da política urbana, onde se encontram as definições e requisições a serem seguidas pelos profissionais no âmbito das políticas nos estados e municípios. Expondo claramente o caráter contraditório das políticas sociais, no capitalismo, visto que o trabalho social tem enfrentado desafios, sendo posto na encruzilhada entre a defesa de direitos sociais universais, como fundamento da construção de cidadania, e as práticas e rotinas profissionais cada vez mais determinadas pelas estratégias focalizadoras e seletivas na prestação de serviços sociais, produto da permeabilidade do Estado brasileiro aos ditames neoliberais, impostos pela hegemonia capitalista dos países centrais através dos organismos internacionais de financiamento.

³ Instrução normativa nº 08 de 2009.

O Serviço Social é uma das categorias que vem enfrentado os dilemas na intervenção em projetos ligados às políticas urbanas: responder às requisições do governo federal (mediado pelos interesses das agências multilaterais) e ao mesmo tempo, construir, cotidianamente, um trabalho que se conecte ao projeto ético-político da categoria, que por sua vez, conecta-se aos interesses das frações da classe trabalhadora, isto é, a democratização como forma de construir um projeto de emancipação humana.

Referências

ABRAMO, P. **Formas de financiamento do acesso a terra e funcionamento do mercado fundiário-imobiliário: um ensaio com base na noção de regime urbano**. Cadernos IPPUR/UFRJ, ano XV, n.º. 02, (ago/dez de 2001) ano XVI, n.º. 1, jan/jul. 2002.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Estrategia para promover la participación ciudadana en las actividades del Banco**. Washington D.C. 2004.

BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. Cortez, São Paulo, 2003.

_____ & BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. Editora Cortez, Biblioteca Básica do Serviço Social, volume 2. São Paulo, 2011.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 1999.

GOMES, M. F. C. M.; PELEGRINO, A. I. C. (Orgs.). **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINISTERIO DAS CIDADES. (2009). Instrução Normativa nº 8 de 26 de março de 2009. Acessível em <http://www.cidades.gov.br>.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2001.

PAZ, R.D.O. **Dimensões e indicadores de participação social na avaliação de programas habitacionais**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, 2002.

SANTANA, J.V. **Trabalho social em projetos de habitação: demandas e respostas sobre a participação comunitária (Bélem-Brasil)**. Plaza Pública, Revista de Trabajo Social, FHC, UNCPBA, Ano 4, nº 6, dezembro de 2011.

VAINER, C. **Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano** in VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Editora Vozes, Petrópolis, 2000.

Recebido em 27/03/2015
e aceito em 27/06/2015.

Resumo: O trabalho propõe uma reflexão sobre os conflitos no desenvolvimento do trabalho social em projetos de urbanização advindos de políticas urbanas, com orientação neoliberal. Para tanto, estabelecemos como referência a trajetória histórica do trabalho social enquanto elemento da política urbana. Pretendemos, neste percurso, problematizar a dimensão política do trabalho social, visto que é nesta perspectiva onde podemos discernir as relações que perpassam todo o contexto social e institucional e de verificação das formas que são utilizados os recursos, e quais as estratégias que servem de mediação no desenvolvimento de um trabalho social que responda aos interesses das populações envolvidas.

Palavras-chave: política social; projetos de urbanização; trabalho social; serviço social.

Title: Reflections on the dimension of Social Work Policy in urban projects.

Abstract: This paper reflects the conflicts of the social work practice in the urban projects developed by the neo liberal urban policies. It approaches it from the history of the social work as a public policy element. Therefore, it discusses the political dimension of the social work understanding that it focuses on differentiating the relations included in the social and institutional context. We see how the resources are allocated and the strategies which must mediate a social work practice which serves to the interests of the population involved.

Keywords: urban policies; urban projects; social work.
